

## Poder Judiciário Justiça do Trabalho Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

## Tutela Cautelar Antecedente 1007050-78.2023.5.02.0000

Relator: ELIANE APARECIDA DA SILVA PEDROSO

## Processo Judicial Eletrônico

**Data da Autuação:** 20/03/2023 **Valor da causa:** R\$ 1.000,00

Partes:

**REQUERENTE:** COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO

ADVOGADO: PAULO EDUARDO JOSE RODRIGUES FILHO

**REQUERIDO:** SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES

METROVIARIOS E EM EMPRESAS OPERADORAS DE VEICULOS LEVES SOBRE

TRILHOS NO ESTADO DE SAO PAULO

ADVOGADO: REGIANE DE MOURA MACEDO

CUSTOS LEGIS: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE SDC - CADEIRA 1

TutCautAnt 1007050-78.2023.5.02.0000

REQUERENTE: COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO REQUERIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES METROVIARIOS E EM EMPRESAS OPERADORAS DE VEICULOS LEVES SOBRE TRILHOS NO ESTADO DE SAO PAULO

Vistos.

Indeferida a liminar na presente 'ação cautelar', a requerente impetrou mandado de segurança, e obteve liminar, para ver atendida sua pretensão inicial, de que o Tribunal regulasse a forma de funcionamento da greve, para reduzir os danos das necessidades inadiáveis da comunidade.

Reuni-me com as partes duas vezes na data de hoje, visando à conciliação, sem sucesso, porque a requerente nenhuma proposta formula.

Passo, pois, a decidir sobre os próximos passos desta demanda.

Há ao menos quatro motivos, para que aquela liminar não gere efeitos nesta cautelar, data venia.

O primeiro: a Lei do Mandado de Segurança, artigo 5°, II, literalmente proíbe a concessão de ordem mandamental, na hipótese em que exista, e há, recurso judicial contra a decisão guerreada, com efeito suspensivo. Posição, como sói ocorreria, abraçada pela jurisprudência consolidada no âmbito da SBDI-2, do TST, pela OJ 92. Este também o entendimento manifestado pelo Ministério Público do Trabalho, conforme manifestado em audiência,

Indica-se, na doutrina e na jurisprudência, a trilha de que o efeito suspensivo a que alude a Lei pode ser diferido, ou obtido por meio de medida judicial – como o próprio mandado de segurança.

O segundo: a decisão objeto da impetração não deferiu a abertura das catracas nem impôs à empresa impetrante qualquer obrigação, até porque se tratou de decisão de indeferimento de pretensão via liminar. O próprio douto relator reconhece esse fato ao decidir liminarmente a segurança, mas o supera, ante a gravidade que enxerga na situação concreta. É dizer: cassou-se o que não existia, ao tempo da impetração. Em raciocínio, se a decisão apenas indeferiu a liminar sem que fosse determinada a abertura das catracas, a decisão do Mandado de Segurança não abarca as decisões constantes no presente processo.

O terceiro: o governador do Estado, por meio de redes sociais, a partir de perfis oficiais anunciou, antes e sem algum vínculo com a presente lide, que determinou a abertura das catracas. Tentou contornar essa informação, depois de concedida a liminar, sob o argumento de que os metroviários não teriam acorrido aos postos, mesmo com as catracas abertas, embora isso seja juridicamente irrelevante ante o quanto já mencionado. O que importa, nesse capítulo, é: o mandado de segurança foi interposto contra ato próprio e espontâneo do requerente (Metrô) que foi quem se comprometeu a liberar as catracas - ou de seu gestor indireto, o governador do Estado – e não contra ato judicial.

O quarto: não existindo ato coator, porque nada determinei sobre liberação de catracas, o Mandado de Segurança é mera repetição da presente "ação cautelar". Uma vez não alcançando sucesso em sua pretensão, o requerente reapresentou-a perante o Tribunal, por outro instrumento, o que, salvo melhor juízo, o sistema jurídico não acolhe. Para tanto, saliento, o requerente ampliou o ato que considerou coator, dando-lhe interpretação mais extensa do que a nele contida.

Não sendo passível de gerar efeitos nesta esfera, prossigo com a decisão, considerando os fatos supervenientes.

As partes até esta quadra não se conciliaram, em que pesem as tentativas engendradas, inclusive com minha participação, em duas audiências, além da incisiva e reiterada proposta do Ministério Público do Trabalho (MPT). O Requerente se negou a apresentar qualquer proposta de solução ou mesmo de firmar uma cláusula de paz para levar a proposta do MPT à discussão.

A greve é decidida pelos empregados, tanto no que diz respeito à oportunidade, quanto ao método e ao objeto. Rever qualquer desses quesitos é, em abstrato, possível por intervenção judicial. Dissídio coletivo de greve, entretanto, é a via adequada para esse questionamento, e, como se sabe, não houve ajuizamento dessa medida.

estratégia adotada pelos empregados trabalhar integralmente, sem cobrança das passagens – não pode ser avaliada, nem obstada pelo empregador, o que constituiria, em tese, prática antissindical, como afirmei na decisão pretérita.

No bojo de eventual dissídio coletivo de greve, abusividade, inclusive no método, pode ser reconhecida e, como todos os atos na vida civil, pode envolver a responsabilidade de quem o praticou.

Em sede de tutela antecedente cautelar, observo, por força da Lei, apenas o risco na demora e a plausibilidade do direito.

Fls.: 4

Já tendo fixado bases fundantes, explícitas, sobre ambos os requisitos, para indeferir a pretensão do empregador, a elas me reporto, sem repeti-las na oportunidade.

Tanto sabe o empregador que <u>não pode</u> obstar a eclosão da greve, no método eleito pelos empregados, que anunciou a liberação das catracas.

Procedeu <u>temerariamente</u> a requerente, porque anunciou (aos grevistas e à população) que abriria as catracas, interpondo, ato contínuo, mandado de segurança e <u>insurgindo-se</u> contra a abertura das catracas SEM que isso lhe houvesse sido imposto judicialmente, tudo ao contrário do que tem alegado, inclusive no Mandado de Segurança que impetrou. Os trabalhadores, conduzindo-se em aparente boa-fé apresentaram-se aos postos de trabalho – anunciou-o a imprensa, com imagens – e a requerente ignorou o que havia espontaneamente prometido, ao pedir liminar que cassasse <u>seu próprio ato</u> de liberar as catracas ("seu", porque dela partiu a notícia de liberação).

Expôs, com isso, a risco, não apenas e gravemente os trabalhadores, mas a população, embora tenha ajuizado o pedido de liminar para evitálos.

Nesse quadro, no interior da presente Tutela Cautelar Antecedente, reitero a <u>negativa da liminar requerida pelo Metrô</u> e reconheço, incidentalmente, a prática de conduta antissindical, punindo-o com multa de R\$ 100.000,00, em favor do requerido.

Na reiteração, a atitude, além de reforçar a conduta antissindical, pode caracterizar desobediência à ordem judicial e desrespeito à justiça, atos passíveis de punição penal e civilmente.

Intimem-se por telefone, ante a urgência dos fatos.

SAO PAULO/SP, 23 de março de 2023.

ELIANE APARECIDA DA SILVA PEDROSO

Juiz(a) do Trabalho



Número do processo: 1007050-78.2023.5.02.0000 Número do documento: 2303232020590900000190745761